

Políticas de Inclusão Digital nas Escolas: Estudo de caso do Projeto UCA e seu legado em Escolas de Santa Catarina

Tainá Revelles Vital¹

Juliana Cristina Faggion Bergmann²

Introdução

A presente pesquisa parte de uma inquietação a respeito das tecnologias de comunicação e informação, as possibilidades que uma sociedade de rede oferece, e a forma como o Brasil, um país considerado em desenvolvimento, se insere diante da necessidade de pensar inclusão digital, mais especificamente, as políticas públicas de inclusão digital na educação.

O marco inicial dessa pesquisa é o Projeto Um Computador por Aluno (UCA), implementado em mais de trezentas escolas do Estado brasileiro durante os anos de 2009 a 2013, cujo objetivo era democratizar o acesso às tecnologias e propiciar uma reformulação do dispositivo pedagógico, incluindo as tecnologias como parte integral no processo de formação dos alunos. Segundo o texto da lei, o projeto “visa criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, para ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação” (UCA, 2009, p.1).

A relevância desse projeto se dá, principalmente, por ele considerar dois pilares em sua implementação nas escolas pela primeira vez em contexto nacional: propiciar a infraestrutura (dispositivo, servidor e rede *wireless*) e formações continuadas aos

¹ E-mail: tai.revelles@gmail.com

² E-mail: juliana.bergmann@ufsc.br

professores com um viés de mudança cultural, não apenas de caráter instrumental.

A formação continuada era desenvolvida por uma Instituição de Ensino Superior (IES) e com o suporte dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) de cada estado. Essas formações tinham o intuito de promover a familiarização dos professores das escolas participantes com os *laptops* educacionais enquanto dispositivo e instigá-los, com fundamentações teóricas, a repensar suas práticas pedagógicas.

Em entrevista aos pesquisadores Preto, Fantin, Quartiero e Bonilla, a diretora de Conteúdos Digitais do MEC de 2012, Mônica Franco, ao ser indagada a respeito do Projeto UCA, responde:

O que se espera desse Projeto é a conclusão dele como projeto piloto; é um projeto que tem começo, meio e fim; é muito importante o resultado dessa avaliação para o Ministério da Educação, porque o resultado dessa avaliação é que possivelmente vai dar todas as diretrizes para implantação de políticas públicas na educação com tecnologias, voltadas para a distribuição de computadores para os alunos (QUARTIERO, 2015, p.48).

Nesse mesmo texto, os pesquisadores relatam que entre 2010 e 2013 não houve por parte do MEC a promoção de uma escuta dos gestores das escolas, secretários da educação ou docentes das universidades responsáveis pela formação e acompanhamento dos professores. O Projeto UCA também não foi oficialmente finalizado. Se faz demasiadamente importante que as políticas públicas implementadas no Brasil tenham sua elaboração feita a partir de desdobramentos, análises e reflexões dos projetos anteriores, aplicados com intuítos semelhantes, a fim de evitar equívocos semelhantes aos das políticas anteriores. Diante disso, e da importância do Projeto UCA enquanto projeto de inclusão digital na educação brasileira, cabe uma reflexão sobre o legado dessa política.

Para desenvolver essa pesquisa, parte-se de uma definição inicial de tecnologias sob uma perspectiva humanista, desdobrando o conceito de que as tecnologias são produções humanas e, portanto, carregadas de valores. O filósofo Feenberg (2015, p.10) questiona a respeito dessa classificação da tecnologia enquanto esses dois parâmetros de eficiência e controle, introduzidos pelo mercado. Ele afirma que “valores incorporados na tecnologia são socialmente específicos e não são representados adequadamente por tais abstrações como a eficiência ou o controle”. E complementa com a ideia de que essas ferramentas tecnológicas são criadas com algumas finalidades que podem até estar embasadas nessas duas abstrações no momento de sua criação; no entanto, a técnica, ou seja, a forma de uso desses instrumentos, não pode ser restrita ao que se imaginou, ela depende das subjetividades dos sujeitos que a utilizarão, o que não é algo que possa ser predeterminado.

A partir desse ponto, clarifica-se que a lente da teoria crítica é necessária ao se pensar uma política de inclusão digital e defender que o viés do tecnicismo não seria aplicado como solução para o problema de exclusão digital. Não basta apenas o dispositivo e a conexão, é necessário ter a técnica, entender o funcionamento e saber se expressar em diferentes linguagens para sair do status de consumidor para assumir o de produtor, possibilidade que o meio digital nos permite.

A apropriação da cultura digital passa a ser fundamental, uma vez que ela já indica intrinsecamente um processo crescente de reorganização das relações sociais mediadas pelas tecnologias digitais, afetando em maior ou menor escala todos os aspectos da ação humana (PRETTO, 2008, p.78).

Também se faz necessário discorrer sobre o conceito de desenvolvimento humano e exclusão digital, esse último sendo analisado muitas vezes somente por questões econômicas, que o limitam em uma dicotomia rasa de pobres x ricos, além de definir o

modelo ocidental cultural e econômico como o ideal a ser alcançado pelos países em desenvolvimento, o que nos leva também a analisar a condição do Brasil na cadeia de desenvolvimento tecnológico global.

Através desses conceitos acima desenvolvidos, pretende-se justificar o porquê de a educação se caracterizar como um forte setor capaz de contribuir para a redução da exclusão digital e o aumento do desenvolvimento humano no Brasil. Partindo dessa conclusão, a necessidade de pensar uma educação contextualizada que se aproprie dos meios e faça o uso crítico criativo deles. Portanto, na forma de concretizar ações nesse caminho: políticas públicas de inclusão digital na educação.

O próximo ponto é contextualizar o Projeto UCA dentro das políticas públicas na área de educação relacionadas à tecnologia. Antes de desenvolver esse panorama, cabe desenvolver a respeito do Construcionismo, uma teoria da área de educação desenvolvida por Seymour Papert a partir das teorias pedagógicas do Construtivismo, de Piaget.

O Construcionismo é gerado sobre a suposição de que as crianças farão melhor descobrindo por si mesmas o conhecimento específico de que precisam; a educação organizada ou informal pode ajudar principalmente, certificando-se de que elas sejam apoiadas moral, psicológica, material e intelectualmente em seus esforços” (PAPERT, 1994, p.125).

O pensamento de Papert tem bastante influência no desenvolvimento de estudos relativos à implementação da tecnologia na educação no Brasil desde o início das pesquisas nesse campo. Em especial, universidades como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estabeleceram parcerias com o Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), no núcleo em que Papert desenvolvia a linguagem LOGO (também estudada aqui no Brasil)

e referenciais teóricos dessa parceria se refletem até hoje nas produções dessas universidades e na produção brasileira de conhecimento no campo de educação e tecnologias computacionais e nas políticas públicas na área de educação ligadas à tecnologia.

A partir desse momento, é feito um panorama histórico sobre as políticas de inclusão digital na educação brasileira, dos anos 70 até a implementação do UCA e, brevemente, o que cada uma delas propôs em termos de possíveis avanços dentro do planejamento de políticas de inclusão na educação brasileira. Dentro desse histórico, será feita uma análise também sobre o viés levado em consideração quando cada uma dessas políticas foi elaborada. Também se faz necessário apontar a relevância do Projeto UCA enquanto política de inclusão digital, suas principais características e o seu histórico de implementação no estado de Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina, estado brasileiro com o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), teve doze escolas participando do projeto (apesar de somente dez delas terem finalizado a formação do projeto), sendo uma delas em âmbito federal, cinco em âmbito estadual e seis em âmbito municipal. Com relação à localização dessas escolas, uma delas se localiza no campo e as outras em perímetro urbano, sendo duas na capital e as outras no interior do estado, configurando-se, assim, um recorte bastante variado em termos de realidades do Estado brasileiro. Através de uma ampla análise do processo de implementação do Projeto UCA, que considera o histórico anterior a sua elaboração, as linhas teóricas que o influenciam, os relatórios das formações e outras pesquisas feitas sobre o Projeto UCA no estado de Santa Catarina, essa pesquisa pretende investigar nas escolas que receberam esse projeto, se a prática do uso de tecnologia na educação se mantém.

Através desses elementos e da principal característica que essa política traz, a entrada do dispositivo na escola atrelado à formação de professores, tem-se a seguinte hipótese a qual pretende-se comprovar ou analisar: **Se a entrada das TDIC nas**

escolas não vem associada com uma formação apropriativa, isso é, para o uso das TDIC enquanto ferramenta, meio de expressão e objeto de estudo; então ela acaba se perdendo com a obsolescência do equipamento e não se integrando à cultura escolar.

A partir dessa hipótese, os objetivos específicos que essa pesquisa desenvolverá são:

- a) Mapear a Infraestrutura hoje das escolas
- b) Mapear a equipe com formação em tecnologia e se seguem fazendo formações continuadas
- c) Como é o acesso à infraestrutura
- d) Se existem projetos socioeducativos e/ou multidisciplinares e/ou que envolvam a comunidade, com o uso de tecnologia
- e) Como é o uso das mídias

Metodologia

Para responder a hipótese acima dita e analisar um possível legado do Projeto UCA, a metodologia proposta parte de entrevistas semiestruturadas com os gestores das escolas que participaram de todas as etapas de formação propostas pela implementação do Projeto UCA em Santa Catarina. O olhar do gestor foi escolhido por ser o agente que dialoga com a comunidade do entorno da escola, professores, alunos e equipe e Secretaria, além de também responder sob o viés da instituição.

A entrevista semiestruturada foi elaborada para responder sobre dois eixos que se relacionam na hipótese: estrutura básica para TDIC na escola e formação apropriativa. Esse guia de entrevista foi validado por uma perita em metodologia, a Dra. Lucrezia Crescenzi Lanna, Professora da *Universitat de Vic-Universitat Central de Catalunya*. Após essa validação, foi feita uma prova-piloto com a diretora do Colégio Aplicação da UFSC, escola que participou do projeto no primeiro momento, mas não fez

a segunda formação, estando, portanto, fora da mostra que essa pesquisa pretende investigar. Após essa prova-piloto algumas questões foram adaptadas e o guia da entrevista teve sua versão final elaborada.

Resultados esperados

Essa pesquisa se encontra no momento atual em fase final de coleta de dados, portanto, o que ela pretende enquanto resultado é um entendimento de como de fato essa política influenciou na prática de ensino nessas escolas – se essas tecnologias foram integradas às práticas pedagógicas, se viraram objeto de estudo dentro do ambiente escolar ou apenas um dispositivo acessório para as práticas já desenvolvidas antes da chegada das TDIC³ nas escolas; se os dispositivos continuam sendo utilizados ou se foram substituídos por outros; se os agentes que participaram das formações do programa continuam nessas escolas; se a instituição escolar conseguiu de alguma maneira manter uma política de uso das TDIC.

Referências

BRASIL. **Projeto UCA**. Formação Brasil. Projeto. Planejamento das Ações/Cursos. SEED. MEC, 2009. Disponível em 19/09/2017: <https://pt.slideshare.net/marinhos/uca-formao-bra>

FEENBERG, A. **O que é filosofia da tecnologia?** Disponível em 19/08/2015 em: https://www.sfu.ca/~andrewf/Feenberg_OQueEFilosofiaDaTecnologia.pdf

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a escola na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

³ O recorte da pesquisa pretende uma investigação em torno das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), embora, em alguns momentos do texto, com o intuito de abordar as transformações culturais de forma mais ampla, se utilize o termo Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

PRETTO, N.P.; ASSIS, A. Cultura digital e educação: redes já! In: PRETTO, N L.; SILVEIRA, S.A (org.). **Além das redes de colaboração**: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 75-83

QUARTIERO, Elisa Maria; FANTIN, Mônica; BONILLA, Maria Helena; PRETTO, Nelson De Luca. **Gestão e práticas pedagógicas no âmbito do Programa UCA**: desafios e estratégias à consolidação de uma política pública para a Educação Básica. In: SAMPAIO, Fábio Ferretini; ELIA, Marcos da Fonseca. **Projeto um computador por aluno**: pesquisas e perspectivas. Rio de Janeiro: NCE/UFRJ, 2012.

Palavras-chave: Políticas Públicas; UCA; *laptop* educacional; TDIC; Tecnologias digitais